



**Repórter Brasília**  
**Edgar Lisboa**

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Autonomia do Banco Central

Desde 2021 o Banco Central (BC) tem autonomia operacional, garantida por uma lei sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi comemorada como a “independência” do BC. Agora tramita no Senado uma Proposta de Emenda Constitucional que pretende ampliar essa independência, transformando a autarquia numa empresa pública, porque na lei anterior, apesar da independência, o banco não ganhou a tão sonhada autonomia financeira e administrativa.

### Relatório Protocolado

Apresentada pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), tem como relator o senador Plínio Valério (PSD-AM). Nesta quarta-feira (5) o relatório foi protocolado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde pode ser votado a qualquer momento, a partir de agora.

### Autonomia financeira

A proposta é bancada pelo atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (foto), que deixa o cargo em dezembro e não esconde que pretende deixar o BC com a sonhada autonomia financeira e orçamentária.



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

### Empresa pública

Em caso de aprovação da PEC, o Banco Central passa a ser uma empresa e, como tal, poderá contratar funcionários no mercado, com salários de mercado, atualmente bem superiores aos ganhos dos atuais funcionários concursados, e que precisam obedecer ao teto constitucional. Os atuais funcionários, se quiserem continuar no Banco Central, deixarão o regime jurídico único e passarão ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

### Disparidade salarial

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) já fez uma enquete junto a associados e não associados, e o resultado foi que 74% da categoria se mostrou contrária às modificações propostas. Para o sindicato, a transformação do banco em empresa torna precária a relação dos funcionários com a instituição e pode gerar uma enorme disparidade salarial dentro do banco.

### Decisão pode ser do Supremo

Para o sindicato, há alternativas fora do texto da PEC sem a necessidade de transformar a autarquia numa empresa pública. Além disso, um estudo jurídico constatou diversas inconsistências que podem levar o assunto ao Supremo Tribunal Federal, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso.

### Sindicato aponta fragilidades

A transformação representa uma ruptura institucional perigosa. O desempenho de atividades típicas de Estado está no âmbito das atribuições das autarquias. Já às empresas públicas cabe o exercício de atividades de natureza econômica. Poucos bancos centrais ao redor do mundo têm autonomia dependente da vinculação de seu regime jurídico ao Direito privado.

### Saída do controle do Executivo

A exclusão do Banco Central da alçada e do controle do Poder Executivo pode prejudicar a capacidade governamental de coordenação dos diversos atores responsáveis pela elaboração e execução das políticas econômicas do País.

### Estabilidade estatutária

A transformação do Regime Jurídico Único de funcionários concursados para CLT acaba com a estabilidade estatutária e fragiliza o vínculo entre trabalhador e a instituição. Hoje essa estabilidade é uma salvaguarda aos servidores que cumprem atividades típicas de Estado.

# Iniciativa busca reativar

## Entrevista Especial

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Três parlamentares do Rio Grande do Sul de diferentes esferas do Legislativo se unem na tentativa de reativar cinco obras paralisadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi retomado neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O senador licenciado Luis Carlos Heinze (PP) é um dos protagonistas dessa mobilização. Ele concedeu essa entrevista ao **Jornal do Comércio** para explicar como, junto ao deputado federal Luiz Carlos Busato (União Brasil) e ao deputado estadual Miguel Rossetto (PT), pretende concretizar a ideia, que já foi levada a importantes figuras do governo federal.

Essas obras foram projetadas entre 2012 e 2015 durante o mandato da então presidente Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) e se destinam a proteger a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) de enchentes e inundações.

São cinco projetos: em Eldorado do Sul, no Arroio Feijó (Porto Alegre e Alvorada), no Rio Gravataí, no Vale dos Sinos e no Vale do Caí. O investimento estimado é de cerca de R\$ 8 bilhões, sendo que dois desses projetos já contam com licenças prévias (LP).

O maior desafio agora é atualizar as cotas de inundação, visto que os projetos haviam sido feitos a partir da antiga marca histórica do Guaíba, que atingiu 4,76 metros na grande cheia de 1941 - marca que foi superada na catástrofe climática de 2024.

**Jornal do Comércio - Qual é o pleito que o senhor, o deputado federal Luiz Carlos Busato e o deputado estadual Miguel Rossetto buscam junto ao governo federal para reativar obras do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)?**

**Luis Carlos Heinze** - Busato iniciou esse processo como secretário de Obras junto à Metroplan (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional), que trabalhava com ele, vários projetos que existiram naquela

época. Tinha dinheiro até alocado para que essas obras saíssem do papel. Cinco obras importantes: Eldorado do Sul, Arroio Feijó, depois tem Gravataí, tem para o lado do Vale dos Sinos e o Vale do Caí. Foram iniciados os projetos, naquela ocasião com o governo Tarso (Genro, PT, 2011-2014). Foram parar com algumas coisas, com licença ambiental, pela morosidade do processo. Tem empresas gaúchas que elaboraram esses projetos, e falta muito pouco para serem concluídos os projetos e iniciar as obras propriamente ditas. Estamos buscando agora que o governo federal se sensibilize com essa situação e busque ajudar o Estado com obras definitivas.

**JC - Então são cinco projetos no total?**

**Heinze** - São cinco projetos para contenção e controle de enchentes desenvolvidos entre 2012 e 2015, no âmbito do PAC. Os estudos, paralisados nos últimos anos, foram atualizados. As medidas são soluções viáveis para evitar que os excessos de águas inundem os municípios da Região Metropolitana. Os empreendimentos têm como foco as bacias hidrográficas do Delta do Jacuí, Sinos, Gravataí e Caí e incluem a construção de um sistema baseado em muros de contenção, os diques, e também aterros em solo. O complexo a ser construído também prevê equipamentos e centrais de bombeamento de água.

**JC - Em que fase pararam esses projetos?**

**Heinze** - Das cinco iniciativas, duas já contam com projetos básicos de engenharia concluído e licença-prévia (LP) emitida, que são as iniciativas voltadas

para região do Arroio Feijó e Eldorado do Sul, com investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões, essenciais para prevenir inundações devastadoras na Região Metropolitana. As demais estão em fase de estudos: as medidas voltadas ao Rio Caí e dos Sinos contam com estudos avançados e até estimativas iniciais de custo, mas ainda dependem de finalização dos projetos básicos de engenharia. O do Vale do Taquari precisamos da realização de ações de desassoreamento na região e também no Guaíba.

**JC - Qual poderia ser o projeto mais rápido a ser executado?**

**Heinze** - O de Eldorado, porque é em torno de uma cidade, toda ela vai ser cercada por um sistema de diques, com o sistema tradicional. Lá não tem comporta, a não ser embaixo da terra, dos anos 1990. Mas são casas de bombas que retiram de dentro da área protegida a chuva. Ou seja, todo o sistema de drenagem da área urbana da cidade vai ser dirigido às casas de bombas, então não vamos ter retorno de água da enchente para dentro da área urbana. Porque não vão ter saídas a não ser pelas casas de bombas. Então não existe o risco de bueiros começarem a verter água, porque não vai ter essa possibilidade.

**JC - O que está sendo feito nesse momento para recuperar os projetos?**

**Heinze** - O que estamos fazendo agora é recuperar o que foi feito naquela ocasião, atualizando os projetos. Hoje, em 2024, temos uma cota (de inundação) diferente do que foi em 1941, 2010 e 2012. Essas empresas que têm essa expertise po-



**“Se (os projetos) tivessem ocorrido naquela ocasião, os problemas (com as cheias) não teriam essa magnitude”**